

Processo nº 3878/2015-TCE

Natureza: Prestação de contas anual do Prefeito

Exercício financeiro: 2014

Entidade: Prefeitura Municipal de Chapadinha

Responsável: Maria Ducilene Pontes Cordeiro - Prefeita, CPF nº 237205653-00, residente na Avenida Ataliba Vieira de Almeida, nº 2750, Centro, CEP:

65055-000, Chapadinha-MA

Ministério Público de Contas: Procuradora Flávia Gonzalez Leite

Relator: Conselheiro-SubstitutoOsmário Freire Guimarães

Conselheiro-SubstitutoOsmário Freire Guimarães

Conselheiro-Substituto Osmário Freire Guimarães

Prestação de contas anual do Prefeito de Chapadinha, relativa ao exercício financeiro de 2014 **Emissão de parecer prévio pela desaprovação.** Envio de cópia de peças processuais à Câmara Municipal de Chapadinha e à Procuradoria-Geral de Justiça do Estado.

PARECER PRÉVIO PL-TCE Nº 266/2018

O Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso da competência que lhe conferem o art. 172, I, da Constituição Estadual e o art. 1°, I, c/c o art. 10, I, e o art. 8°, § 3°, III, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE), decide, por unanimidade, em sessão ordinária do pleno, nos termos do relatório e voto do Relator, acolhido o Parecer nº 78/2018 do Ministério Público de Contas:

a.1) Gestão de Pessoal: a partir da análise dos valores apurados, identificou-se que o Município de Chapadinha aplicou 67,11% do Total da Receita Corrente Líquida em Despesas com Pessoal, descumprindo a norma contida no art. 20, III, alínea b da Lei Complementar 101/2000 (seção II, item 1.1):

or R\$
.082.150,17
.062.130,1
.082.150,17
0,00
0,00
0,00
420 000 04
430.000,00



k		1
Indenizações por		
Demissão e		
Incentivos à		0,00
Demissão		
Voluntária		
Decorrentes de		
Decisão Judicial de		420 000 00
período anterior ao		430.000,00
da apuração		
da aparação		
Despesas de		
Exercícios		
Anteriores de		0,00
período anterior ao		
da apuração		
Inativos e		
Pensionistas com		
Recursos		0,00
Vinculados		
Viliculados		
DESPESA		
LÍQUIDA COM		71.652.150,17
PESSOAL		
LIMITES COM		
PESSOAL		
(VALORES		
APURADOS)		
AI CRADOS)		
RECEITA		
CORRENTE		106.765.205,69
LÍQUIDA (apurada		100.703.203,03
pelo TCE)		
Despesa de Pessoal		
EXECUTIVO –		
Limite Legal - 54%		57.653.211,07
da RCL - art. 20 III.		1
b LRF		
D LIKI		
Percentual e Valor	67,11%	71.652.150,17
Apurados	· , · · · ·	11.052.150,17

a.2) Gestão da Educação: A partir da análise dos valores apurados, identificou-se que o Município de Chapadinha aplicou 20,36% (R\$ 7.193.003,40) na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, descumprindo o estabelecido no artigo 212 da Constituição Federal de 1988 (seção II, item 2.1-a):

DESPESAS COM EDUCAÇÃO	Valor R\$
Total da Despesa com a Função Educação	50.185.870,80
(-) (1721.35.01.00) transferências do salário-educação	882.453,61
(-) (1721.35.00.00) transferência de recursos do FNDE	2.323.226,68



(-) (1721.99.02.00) outras transf. União - rec. Educação		0,00
(-) (1762.02.00.00) transf.conv.estado a programas de educação		0,00
(-) (2471.02.00.00) transf.convênios da união p educacao		871.162,00
(-) (2472.02.00.00) trans de conv dos estados educação		0,00
(+) (91000.00.00.00) deduções da receitas correntes - Contribuição ao FUNDEB		6.155.632,88
(-) Recursos Recebidos do FUNDEB		45.071.657,99
(-) Inativos		0,00
Total Aplicado na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		7.193.003,40
Despesas Indevidas		0,00
Total Apurado na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		7.193.003,40
Limites com Educação (Valores apurados)		
Receita de Impostos e Transferências Apurada (RIT)		35.326.637,93
Percentual Mínimo Constitucional (25% de RIT)		8.831.659,48
Percentual e Valor Apurados	20,36%	7.193.003,40

a.3) Transparência (Lei nº 131/2009) - Arts. 48 e 48-A da Lei Complementar (LC) nº 101/2000: a Prefeitura descumpriu o solicitado nos incisos I e II do art. 48-A da Lei nº 101/2000, e diante do exposto, também não há a disponibilização das informações em tempo real, conforme exige o inciso II do parágrafo único do art. 48 da LC nº 101/2000 (seção II, item 4-a);



a.4) Responsabilidade Técnica: Verificou-se que o Senhor Masio Akylys Quaresma de Araújo (CRC MA-008235/0-4, contador, não faz parte do quadro de servidores efetivos nem exerce cargo comissionado, descumprindo o disposto no art. 5°, § 7°, da IN/TCE/MA n° 9/2005 (seção II, item 4-c).

b) enviar à Câmara Municipal de Chapadinha, em cinco dias, após o trânsito em julgado, uma via deste Parecer Prévio, para a deliberação prevista no § 2º do art. 31 da Constituição Federal, em conformidade com a determinação contida no art. 8º da IN/TCE/MA nº 9/2005;

c) enviar à Procuradoria-Geral de Justiça do Estado, em cinco dias, após trânsito em julgado, uma via deste parecer prévio, acompanhada da documentação necessária ao ajuizamento de eventual ação judicial.

Presentes à sessão os Conselheiros José de Ribamar Caldas Furtado (Presidente), Álvaro César de França Ferreira, Raimundo Nonato de Carvalho Lago Júnior, João Jorge Jinkings Pavão e Edmar Serra Cutrim, os Conselheiros-Substitutos Antonio Blecaute Costa Barbosa e Osmário Freire Guimarães (Relator) e a Procuradora de Contas Flávia Gonzalez Leite, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 25 de julho de 2018.

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado

Presidente

Conselheiro-Substituto Osmário Freire Guimarães

Relator

Flávia Gonzalez Leite

Procuradora de Contas

Assinado Eletronicamente Por:

Flávia Gonzalez Leite Procurador de Contas Em 06 de dezembro de 2018 às 12:50:31

Osmário Freire Guimarães Relator Em 05 de outubro de 2018 às 11:10:53

José de Ribamar Caldas Furtado Presidente Em 16 de outubro de 2018 às 14:44:13